

## **POLÍTICAS EDUCACIONAIS, DISCURSO EUGÊNICO E O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE FERNANDO DE AZEVEDO**

**DOURADO**, Antonio Carlos Mateus. – UFF – [adourado@cefet-rj.br](mailto:adourado@cefet-rj.br)

**GT:** História da Educação / n. 02

**Agência Financiadora:** Sem Financiamento

As relações sociais na escola podem ser (re)significadas na medida em que colocam-se e confrontam-se interesses historicamente construídos na sociedade. Esses interesses constituem-se elementos que interligados determinam a dinâmica das relações de poder no campo educacional. São interesses diversos e contraditórios, onde alguns tendem a ser dominantes ou hegemônicos, e outros tendem a opor-se e resistir a tal dominação.

Neste cenário, os diferentes interesses de classe, gênero e raça assumem contornos bem distintos, isto é, constituem-se categorias que, ainda que engendradas no mesmo espaço de disputas, preservam suas nuances e peculiaridades. Portanto, a investigação das desigualdades geradas nas relações sociais do espaço escolar, implicará na análise das conexões dessas categorias, porém, mais ainda, na compreensão dos determinantes históricos e das especificidades de cada uma delas.

Nesta perspectiva, este trabalho pretende contribuir com a investigação da trajetória do racismo na educação brasileira, partindo do enfoque do “modelo racista universalista” que, segundo Kabengele Munanga, representou o projeto das elites para a construção de uma identidade nacional tendo a mestiçagem como elemento central.

*Esse modelo supõe a negação absoluta da diferença, ou seja, uma avaliação negativa de qualquer diferença, e sugere no limite um ideal implícito de homogeneidade que deveria se realizar pela miscigenação e pela simulação cultural. A mestiçagem tanto biológica quanto cultural teria entre outras conseqüências a destruição da identidade racial e étnica dos grupos dominados, ou seja, o etnocídio. (MUNANGA, 1999, p. 110)*

O projeto racial brasileiro baseado na mestiçagem, bastante diferente daquele implementado em países como Estados Unidos e África do Sul, onde o “modelo racista diferencialista” propôs a absolutização das diferenças dentro de um sistema segregacionista<sup>1</sup> rígido, revelou o desejo das elites em garantir a depuração da raça e o

branqueamento da população evitando, contudo, a violência dos confrontos raciais. Tal projeto representou a tentativa de eliminação do contingente negro da população, mascarada, entretanto, pelo mito da democracia racial.

No Brasil, o período conhecido como Primeira República (1889-1930), caracterizou-se pela grande mobilização dos diferentes setores da elite, na busca pela implementação de políticas que levassem o país a se modernizar e constituir-se enquanto uma democracia liberal. Invariavelmente, tais políticas foram profundamente influenciadas pelos pressupostos teóricos das chamadas ciências positivo-evolucionistas (o positivismo, o determinismo geográfico, o evolucionismo e o darwinismo social), amplamente difundidas no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX.

Neste cenário de forte influência cultural européia, as teorias de cunho racalista deram a tônica dos discursos. Pensar a constituição do Estado Nacional e a cultura do país, implicava pensar, primeiro, o seu ideal de raça. Uma raça sem defeitos ou “*taras hereditárias*” (AZEVEDO, 1960), capaz de conduzir o Brasil a condição de nação moderna nos moldes do padrão europeu.

A partir deste ideal racial, as elites imputavam aos não-brancos a responsabilidade por toda a sorte de problemas e degradações vividas pela sociedade. A questão da violência, por exemplo, estava intimamente relacionada à fraqueza biológica destas raças imprecisas, pois “o fraco é, por via de regra, tímido. O tímido é cruel. O medo – desconfiança do próprio valor, induz a precipitação, porque paralisa o espírito, é sanguinário, apadrinha embuste, gera a barbaria.” (Id., Ibid., p.246)

A transição entre a monarquia e a república não significou qualquer alteração no campo das desigualdades sociais, ainda que consideremos, neste período, o fim do regime escravocrata. Portanto, tornou-se imperativo para a elite burguesa escamotear os problemas, tão prejudiciais ao recém criado projeto republicano liberal, cuja maior bandeira sinalizava com a possibilidade de igualdade para todos.

*[...] a hierarquia biológica das raças sucedia no regime republicano à hierarquia de sangue da nobreza, a fim de perpetuar as desigualdades sociais. (COSTA, 1989, p. 83)*

A miséria social representava, neste contexto, um entrave para o progresso nacional e fazia-

se necessário combatê-la. Entretanto, para alguns intelectuais, atacar esse problema, implicava atacar os fatores estritamente ligados a hereditariedade, os “fatores de degenerescência” (AZEVEDO, 1958). Os indivíduos miseráveis eram as vítimas e os culpados por sua condição. O estado de miséria em que viviam tinha sua origem nas degenerações raciais de seus antepassados.

Sendo assim, a eugenia<sup>2</sup> surgiu como uma teoria capaz de responder a todas essas questões. Primeiro, por recomendar políticas de controle e disciplina sobre a população através de ações higienistas e de ordenamento do espaço social. E segundo, por admitir práticas de aperfeiçoamento e depuração da raça, tendo o branco como referência para a construção da identidade racial brasileira.

A higiene, a filantropia higiênica e a educação constituíram o esteio para a implementação das experiências eugenistas.

No contexto educacional, as práticas impostas pela eugenia parecem ter cumprido uma dupla jornada. Pois, além de disciplinarem os corpos através da higiene, da educação física e da educação sexual; disciplinaram também o espírito através das regras de “boa” conduta e da educação moral.

Era nessa escola republicana que se formava, na concepção dos intelectuais liberais, o cidadão capaz de contribuir para o progresso e sustentação da nova sociedade. Entretanto, foi lá também, o centro irradiador de campanhas para o desenvolvimento e a depuração da espécie humana; além de ter contribuído significativamente para a disseminação do racismo na lógica do “modelo racista universalista”.

Neste modelo, toda e qualquer diferença deveria ser eliminada, e a homogeneização racial, garantida pela mestiçagem eugenicamente controlada e pela simulação cultural, tinha como objetivo final o embranquecimento da população.

*A admitir-se que continuem negros e índios a desaparecer, tanto nas diluições sucessivas de sangue branco como pelo processo constante de seleção biológica e social e desde que não seja estancada a imigração, sobretudo de origem mediterrânea, o homem branco não só terá, no Brasil, o seu maior campo de experiência e de cultura nos trópicos, mas poderá recolher à velha Europa – cidadela da raça branca -, antes que*

*... passe a outras mãos, o facho da civilização ocidental a que os brasileiros emprestarão uma luz nova e intensa – a da atmosfera de sua própria civilização. (AZEVEDO, 1963, p.80)*

A educação, associada às políticas de saneamento e de higiene, teria um papel preponderante na execução das práticas eugênicas. Pois garantiria, além do vigor da identidade cultural, a modelagem de corpos – “eugenizados, adestrados biologicamente, conformados racialmente” (MARQUES, 1994, p. 64) – capazes de promover o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

Vários intelectuais apontavam para a necessidade de intervenção maciça do poder público na execução de tais políticas, pois identificavam na relação eugenia-educação o fio condutor para a constituição do estado democrático.

*[...] tardam os poderes públicos em atacar este problema, em cuja solução – providência de sabedoria eugênica – se levantará uma das mais fortes colunas de nossa democracia.[...] Ah! Se soubesse o govêmo quantas cadeias de misérias se lhe podiam quebrar nas mãos, de que, num arranque de alta política, se desenrolasse o fio redentor de uma lei sábia sôbre essa questão a um tempo de higiene e educação! (AZEVEDO, 1958, p. 43, grifo meu)*

Sendo assim, este trabalho busca analisar o sentido das políticas educacionais implementadas nos primeiros trinta anos da República, com destaque para o pensamento pedagógico de Fernando de Azevedo. Assumindo este recorte, pretendemos compreender sua produção intelectual a partir dos ideais eugenistas de depuração da raça no âmbito da educação, em especial, seus discursos e trabalhos como membro da Sociedade Eugênica de São Paulo<sup>3</sup>, além da sua intervenção direta na reforma do ensino do Distrito Federal em 1927.

Esta investigação justifica-se por buscar revelar, nas propostas político-educativas do período, o discurso médico-eugênico da “hierarquia das capacidades biológicas” e da “modelagem” de indivíduos racialmente depurados.

A relevância deste trabalho passa pela importância de estudarmos um tema pouco explorado pela Historiografia da Educação Brasileira. Possibilitando apresentar subsídios

para uma reflexão mais ampla sobre as significações do racismo na educação, suas representações nas relações interpessoais, no currículo e nas práticas pedagógicas em mais de um século de história.

A revisão teórica no âmbito deste projeto está relacionada aos trabalhos “O espetáculo das raças” de Lilia Moritz Schwarcz e “História da Psiquiatria no Brasil” de Jurandir Freire Costa. Nestas referências, buscamos entender como o discurso eugênico europeu se consolida no Brasil, e como se dá a trajetória deste discurso do campo médico para o campo sócio-educativo.

Para compreendermos a relação da eugenia com o projeto “oficial” de construção da identidade racial brasileira, e a própria constituição da teoria do branqueamento, recorreremos aos trabalhos “Preto no Branco” de Thomas E. Skidmore e “Mestiçagem e identidade afro-brasileira” de Kabengele Munanga. Neste último, o autor estabelece a conexão entre o ideal de mestiçagem e o que chama de “modelo racista universalista”.

Os pressupostos metodológicos deste trabalho consistem, primeiramente, na reunião de um corpo documental onde estão congregadas as fontes de pesquisa mais distintas, desde as conferências proferidas por Fernando de Azevedo na Sociedade Eugênica de São Paulo, passando pelos seus discursos oficiais na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, até os textos produzidos a partir da década de 30. Em seguida, na confrontação destas fontes contestando suas afirmações e intenções, onde o objetivo central foi a garantia da análise de questões que estão implícitas nestes documentos.

#### Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. A educação e seus problemas. 4. ed. São Paulo. Ed. Melhoramentos, 1958.

\_\_\_\_\_. Da educação física: o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. 3. ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1960, p. 331.

\_\_\_\_\_. A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1963.

COSTA, Jurandir Freire. História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Xenon, 1989.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999, p. 140.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 287.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.